

O DEBATE INTELECTUAL URUGUAIO SOBRE A AMÉRICA LATINA E OS EUA DO PÓS-SEGUNDA GUERRA: ENTRE DEMOCRACIAS E REVOLUÇÕES

*Mateus Fávaro Reis**
mateusfav@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar o debate de significativos intelectuais uruguaios sobre a América Latina e os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Em particular, pretende focar as interpretações elaboradas por dois dos principais expoentes das esquerdas reformistas do Uruguai: Emilio Frugoni e Carlos Quijano. Estes entrecruzaram seus olhares, criticaram as ações norte-americanas na América Latina, dedicaram especial atenção aos processos revolucionários da Guatemala, Bolívia e Cuba, e também para o Brasil de João Goulart. Suas interpretações convergiram, ao preconizar os canais democráticos para a transformação das coletividades latino-americanas, principalmente em relação ao Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE: Emilio Frugoni, Carlos Quijano, América Latina, Democracia, Revoluções.

NOVOS HORIZONTES DO URUGUAI DE MEADOS DO SÉCULO XX

Entre 1942 e 1973, o Uruguai exercitou um importante período democrático, ao retomar os principais elementos do debate político edificado ao longo das três primeiras décadas do século XX, que havia sofrido interrupção durante os governos ditatoriais, entre 1933 e 1942. Em convergência à ascensão dos movimentos em prol da democracia, ocorreu uma significativa diversificação dos espaços culturais e intelectuais, devido aos investimentos realizados pelo Executivo, particularmente, entre 1945 e 1955.

Essa ampliação dos locais de sociabilidade dos intelectuais, somava-se ao projeto editorial *Acción*, responsável pela publicação do semanário *Marcha*, veiculado de 1939 a 1974, que atuou como um dos principais veí-

* Mestre em História pela UFMG.

culos de debate de idéias no país. Dirigida por Carlos Quijano (1900-1985), *Marcha* nucleou um expressivo grupo de intelectuais que foram responsáveis por uma profunda transformação das agendas políticas e culturais do Uruguai de meados do novecentos, como assinalaram Hugo Alfaro (1984), Pablo Rocca (1992), Luisa Peirano Basso (2001), além dos textos compilados por Horacio Machín e Mabel Moraña (2003).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a ser sentidos de forma mais sensível no Uruguai tanto os ventos favoráveis em relação à defesa dos ideais democráticos quanto a excepcional conjuntura do país, que entrava em um período de abundância de recursos econômicos, conhecido posteriormente como “decênio glorioso” (1945-1955).

Quase uma década após deixar a direção das páginas culturais de *Marcha*, Emir Rodríguez Monegal (1966, p. 36) assinalou as importantes iniciativas financiadas pelo governo no plano cultural: apoio a instituições como a *Asociación Uruguaya de Escritores* (AUDE); estímulo à produção cultural, com o aumento dos prêmios concedidos pelo Ministério da Instrução Pública; criação da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, integrante da Universidade da República; fundação da Comédia Nacional; ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional.

Ángel Rama, que substituiu Rodríguez Monegal em *Marcha*, também destacou o essencial amparo do Estado às atividades no terreno cultural e argumentou que esse apoio representou “uma preocupação cultural orientada principalmente à instrução massiva, ainda que incorporasse a formação de elites de elevado padrão” (RAMA, 1971, p. 337).

Além disso, segundo Pablo Rocca (2006, p. 124-25), o Museu Histórico Nacional foi reorganizado; ocorreu a fundação do *Instituto Nacional de Investigaciones y Archivos Literarios* (INIAL), em 1947; foi criado o *Instituto de Profesores Artigas* (IPA), em 1950, responsável pela formação docente de ensino secundário; e a Biblioteca Nacional foi reformada e ampliada, nos começos dos anos 1950.

À atuação de Quijano como um dos mais expressivos promotores das novas coordenadas do panorama político-intelctual do Uruguai, convergia, desde meados dos anos 30, a trajetória de Emilio Frugoni (1880-1969), ex-deputado e líder do Partido Socialista, poeta, crítico teatral e ex-professor universitário desde sua destituição pelo governo federal, em 1933.

A comum defesa da democracia, contra a expansão dos movimentos fascistas e comunistas em todo o Globo, mas, acima de tudo, no Uruguai e demais países latino-americanos cruzaram os percursos de Quijano e Frugoni, que se tornaram dois dos principais expoentes das esquerdas re-

formistas uruguaios do século XX. Quijano e Frugoni freqüentemente pensaram o lugar do Uruguai nas Américas, ao dedicar especial atenção às relações entre a América Latina e os EUA. Suas interpretações buscaram traçar os caminhos do Uruguai, em perspectiva regional ou continental, entre democracias e revoluções.

A AMÉRICA LATINA E OS EUA DO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, acentuou-se uma aproximação entre o Uruguai e os Estados Unidos, marcada pela decisão do país sul-americano em apoiar os Aliados, bem como com o Brasil, que se tornaram os dois países mais estratégicos para a defesa aliada no Atlântico Sul, em face da freqüente recusa argentina em estreitar os laços com os norte-americanos.

Antes, porém, os Estados Unidos, no contexto da Política da Boa Vizinhança, já arquitetavam tal aproximação com o Uruguai, uma vez que concertara com o país meridional a elevação de suas legações diplomáticas à categoria de embaixadas, assim como também ocorreu entre o Uruguai e o México naquele mesmo ano.

Assim, o Uruguai aprimorava sua diplomacia e buscava o apoio de outras nações americanas. Particularmente em relação aos Estados Unidos, como assinalou Juan Oddone (2004, p. 66), a partir de então se edificou uma corrente fluida de missões militares, comerciais e culturais nas duas direções, até os princípios da década seguinte, quando a política de distensão argentina com os norte-americanos eclipsou, em certa medida, a posição estratégica uruguaia, que, segundo a fórmula do próprio embaixador norte-americano no Uruguai, Ellis Briggs, havia sido “um bom amigo de estação”.

Se, de um lado, alguns intelectuais e políticos apoiaram o estreitamento de laços entre o Uruguai e os EUA, Carlos Quijano (1943, p. 5, 13), de outro, reafirmou suas críticas a essa aproximação e advertiu a seus leitores que o Uruguai corria o risco de se transformar no “Gilbratar do Rio da Prata”.

Para Quijano (1944, p. 4-5), o Uruguai necessitava renovar as diretrizes de sua política internacional e formar um bloco regional latino-americano, ainda que sua visão estivesse marcada por uma certa dose de ceticismo a respeito de sua concretização imediata.

A partir de meados dos anos 1940, o debate sobre a América Latina e os Estados Unidos esteve cadenciado pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA),

que substituiu a União Pan-americana como centro articulador das relações entre a América Latina e os EUA, e da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). Com a OEA, o pan-americanismo, edificado inicialmente durante a realização da Primeira conferência Pan-americana, em Washington, entre outubro de 1889 e abril de 1890, transformou-se gradativamente em interamericanismo, mas a ascensão de Harry Truman ao governo dos EUA, em 1945, bem como a formulação da Doutrina Truman colocaram um ponto final à Política da Boa Vizinhança, o que desfavoreceu a construção de relações equitativas entre a América Latina e os poderosos vizinhos setentrionais (AYERBE, 2002).

Além disso, cabe anotar, com João Feres Júnior (2005) e com Ricardo Salvatore (2006), que desde finais da década de 1940 até meados dos anos 1970, o conceito de América Latina consolidou-se gradativamente nos Estados Unidos, tanto na linguagem cotidiana quanto nos discursos das ciências sociais, ainda que nem sempre com pressupostos completamente análogos. Para Feres Júnior, as visões norte-americanas a respeito da América Latina – habitualmente apresentada como o outro negativo – orientaram-se, de forma deliberada ou implícita, por três oposições fundamentais: cultural (o outro católico, particularista e autoritário), temporal (primitivo, infantil, atrasado e subdesenvolvido) e racial (mestiço e escuro).

Nesse sentido, as modalidades discursivas das ciências sociais, ao operarem principalmente com as oposições culturais e temporais, elaboraram um determinado leque de teorias para pensar a alteridade latino-americana. Se, durante os anos 1950, a “teoria da modernização”, que prescrevia a transferência do conhecimento técnico e científico, alcançou uma boa recepção, a partir dos anos 1960, com o *boom* dos *Latin American Studies*, tanto a teoria da “estabilização política” ou do “desenvolvimento político”, argumentando que o rápido crescimento econômico dos países latino-americanos havia levado a uma desestabilização política generalizada, cuja receita consistia na adoção de governos fortes, alinhados aos Estados Unidos, quanto a teoria da dependência, bem recebida, acima de tudo, pelos intelectuais de esquerda, entraram em cena e aparelharam as principais interpretações das ciências sociais norte-americanas sobre a América Latina.

Entre os latino-americanos, a criação da CEPAL no seio do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile, em 1948, canalizou uma parte significativa dos debates acerca do porvir da América Latina, que passaram a enfatizar, ancorados nas análises do economista argentino Raúl Prebisch, a necessidade de modernizar todos

os seus países por meio da industrialização e do “desenvolvimento” econômico (DEVÉS VALDÉS, 2000, p. 290-291).

Os denominados estudos cepalinos foram responsáveis pela elaboração e ampla difusão de diversos conceitos, como, por exemplo, além de industrialização, deterioração dos termos do intercâmbio, relação centro-periferia, desenvolvimento interno e substituição de importações, que tiveram uma abrangente recepção entre os estudiosos de distintas disciplinas em toda a América Latina, cujos ecos podem ser mapeados até os dias atuais.

Sensível a esse cenário em transformação, Quijano, desde o término de uma conferência dos países americanos realizada no México, nos princípios de 1945 – que gerou a declaração de Chapultepec, cujas linhas orientadoras consistiam em estabelecer os planos para o fomento da industrialização dos países latino-americanos, por meio de capitais e saberes técnicos oriundos principalmente dos Estados Unidos –, advertiu que pelo menos os países do Rio da Prata estavam em condições de promover a desejável industrialização por meios próprios, uma vez que possuíam crédito no exterior devido às elevadas exportações de produtos agropecuários para os países beligerantes. Contudo, ele considerou inviável qualquer tentativa de concretização de tal projeto somente em âmbitos nacionais, especialmente no Uruguai, enfatizando outra vez a necessidade de criar acordos regionais (QUIJANO, 1945, p. 4-5).

Cabe ressaltar que, após vários anos de estudos e críticas à organização da política de exportações, importações e do regime cambial do Uruguai, desde o período em que ensinou economia política e finanças na Faculdade de Direito e Ciências Sociais e na Faculdade de Ciência Econômicas, Quijano foi convidado, em 1950, a presidir o *Contralor* do país e não concordou totalmente com as prescrições cepalinas, pois, a seu ver, tratavam as diversidades latino-americanas de maneira geral e uniforme (QUIJANO, 1950, p. 1, 5).

Em convergência com o pensamento quijaniano, foi criado na redação de *Marcha*, em agosto de 1947, um movimento pela união política da América Latina contra o Plano Truman, encabeçado por Servando Cuadro, Arturo Ardao, Washington Reyes Abadie, Lincoln Bizzorero e Hugo Alfaro, cujo manifesto da comissão organizadora endossava as linhas centrais sustentadas pelo diretor daquele semanário:

Essa marcha em direção à unificação real e histórica da América Latina pode ser iniciada de uma maneira muito modesta e prosaica: pelas uniões aduaneiras, por alguma tímida planificação de algumas indústrias com-

plementares, pela criação de um banco, por qualquer outra coisa. Contudo, o primeiro e mais importante é a atitude espiritual e política com que se façam as coisas. Positivamente, adotar essa atitude na história e experimentar tal apetência nas profundidades anímicas é desde já conquistar ou criar uma nova e succulenta liberdade (VVAA, 1947, p. 8-9).

No ano seguinte, em abril de 1948, foi organizada a IX Conferência Pan-Americana em Bogotá, marcada internamente pela decisão conjunta de se criar a OEA, ao passo que nas ruas da capital colombiana, dentre outras cidades, a população se mobilizava para protestar contra o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, líder popular do Partido Liberal. O movimento, conhecido como *Bogotazo*, demarcou uma inflexão no jogo político colombiano, até então caracterizado pelas disputas eleitorais entre liberais e conservadores.

Marcha, entre abril e junho daquele ano, enfatizou em suas páginas o “drama de Bogotá” e Quijano (1948a) assinalou que a OEA havia nascido maculada pelo assassinato de Gaitán, bem como desestimulou as opiniões favoráveis de alguns intelectuais e políticos das Américas a respeito de uma possível transformação das relações entre seus países a partir da substituição do pan-americanismo pelo interamericanismo. Para Quijano (1948b, p. 1), foram cunhados outros termos, mas a “filosofia política” se mantinha idêntica.

A AMÉRICA LATINA ENTRE DEMOCRACIAS E REVOLUÇÕES

Também a partir de meados do século XX os processos revolucionários da Guatemala (1944-1954) e da Bolívia (1952-1964) emergiram como exemplos a seguir entre os países latino-americanos, com suas políticas de reforma agrária e de nacionalização das riquezas minerais.

Particularmente em 1954, o caso do país centro-americano tornou-se gradativamente mais dramático e, mesmo antes do desembarque de tropas estadunidenses nas costas guatemaltecas, em abril, *Marcha* publicou diversos textos em destaque, que denunciavam a existência de uma “conspiração” contra a Guatemala, tais como cartas de leitores, dos representantes diplomáticos residentes no Uruguai, de colaboradores internacionais, a exemplo de Waldo Frank e Alfredo Palacios, e de seus próprios redatores.

Em junho, Quijano (1954, p. 1-4) publicou um importante editorial, em que analisou as ações dos Estados Unidos no denominado “mediterrâneo americano”, por meio da metáfora da luta entre um boxeador e um

bebê, e recebeu uma carta de apoio de Miguel Ángel Asturias, devido à sua defesa da soberania guatemalteca. No último número de *Marcha* daquele ano, Julio Castro (1954, p. 10-11) canalizou e expressou a opinião dos seus redatores e parte de seus leitores, ao concluir que a América Latina via a “liquidação da Boa Vizinhança”, o que diminuía as possibilidades de dialogar com os Estados Unidos a partir de então.

Além da Guatemala e da Bolívia, a Argentina e o Brasil também receberam especial tratamento nas páginas de *Marcha*. Em linhas bem gerais, desde a particular independência do Uruguai, conquistada durante a segunda metade da década de 1820, após as longas disputas pelo território da Banda Oriental, os orientais (posteriormente uruguaios) compreenderam que seu porvir dificilmente seria traçado de forma alheia aos seus vizinhos.

Ao longo de todo o século XIX, foram bastante freqüentes as intervenções dos dois vizinhos na política interna e externa uruguaia, bem como os canais de diálogo entre esses países quase sempre esteve aberto, acima de tudo, em relação aos argentinos, que muitas vezes padeceram o exílio em solo oriental, até a definitiva consolidação da República Argentina, na segunda metade daquele século, país com o qual o Uruguai compartia similares características culturais, socioeconômicas e políticas.

Se bem que os olhares dos uruguaios sobre os seus vizinhos realçaram, sem distinções, o perigo de estar circundado por dois “gigantes”, a Argentina aparecia mais habitualmente como um país aliado aos interesses soberanos do Uruguai, ao passo que abundavam as desconfianças a respeito do vizinho monárquico.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, é possível observar uma clara inflexão em tais visões. Se, por um lado, a assinatura do Tratado de Retificação de Limites entre o Brasil e o Uruguai, em 1909, que permitia aos uruguaios a livre navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, bem como do Tratado de Fixação, Liquidação e Aplicação da dívida com o Brasil, em 1914, propiciou a proliferação de considerações favoráveis ao vizinho do norte, por outro, iniciaram-se algumas tensões com a Argentina, acima de tudo, devido à polêmica sobre a navegação no Rio da Prata, entre 1907 e 1910 (BRANCATO, 1996, p. 204-214).

Nesse sentido, é compreensível o alinhamento do Uruguai ao Brasil e aos Estados Unidos, em seu amparo ao pan-americanismo, durante toda a primeira metade do século XX, como destacou Dante Turcati (1981), ainda que os governos uruguaios habitualmente tenham buscado concertar boas relações com a Argentina, as quais se agravaram novamente durante os dois primeiros mandatos de Perón, de 1946 a 1955.

Impossibilitados de nos ater aos seus pormenores, gostaríamos de anotar que, a partir dos anos 30, a idéia de que o futuro do Uruguai estaria entrelaçado ao de seus vizinhos ganhou especial destaque, como rotineiramente realçaram diversos intelectuais.

Quijano, entre outros redatores e colaboradores de *Acción e Marcha*, dedicou especial atenção ao Brasil e demonstrou ampliar seus interesses em estabelecer contatos cada vez mais freqüentes com os intelectuais de esquerda de nosso país. Somente para citar alguns exemplos, foram publicados em tais semanários vários textos de exilados brasileiros durante os governos ditatoriais de Getúlio Vargas, a favor da Aliança Libertadora Nacional e de Luís Carlos Prestes; em apoio a Francisco Julião e ao governo de João Goulart, além de artigos dos novos exilados após o golpe de 1964, dentre outros textos que enfocavam o Brasil.

Antes, porém, de mapear resumidamente as principais questões levantadas sobre a América Latina, durante os anos 1960, acima de tudo, por Quijano e Frugoni - marcadas pela discussão a respeito das possibilidades de seguir os caminhos traçados pela Revolução Cubana em outros meridianos, bem como, entre 1961 e 1964, pela ascensão do governo de João Goulart -, gostaríamos de citar a conclusão que o diretor de *Marcha* teceu sobre o presente e o porvir da América Latina, no final de 1959. Após enfocar os “dourados” anos 1950 norte-americanos e europeus, a consolidação da Guerra Fria e a ascensão do denominado “Terceiro Mundo”, Quijano não conseguiu entrever um horizonte fecundo, pelo menos no futuro mais próximo, para a América Latina. Vale ressaltar que o Uruguai iniciara aquela década envolvido em um importante ciclo de crescimento econômico, mas terminou marcado por vários problemas. Para Quijano (1959, p. 4),

[...] Nossa América marcha com atraso. Na década que se vai, conhecemos, entre outras, a Revolução Boliviana, de incerto destino; a intervenção criminosa na Guatemala; a queda de Perón – outro que se pensava imortal –; a traição sem precedentes de Frondizi; a ainda caótica Revolução Cubana. Tudo isso, desde a traição até o crime, responde, no entanto, à mesma sina. O presente desmorona-se e exala mau cheiro. Não, este não pode ser o mundo no qual estejamos condenados a viver para sempre, sem redenção e sem esperança.

América, nossa América, está buscando de forma incerta e atribulada o seu caminho, distante de já ter adquirido consciência de suas necessidades e possibilidades, submetida, como está, por razões geográficas, à influência avassaladora, perturbadora e também corruptora de seu grande vizinho.

A áspera visão de Quijano foi engendrada no período em que ele buscava concertar com Frugoni uma aliança entre as esquerdas uruguaias, em prol de medidas democráticas e transformadoras e convergiu com o artigo que o líder socialista publicou tanto no Uruguai quanto na Costa Rica, naquele mesmo ano, intitulado *Meditación americanista*, em que assinalou os imperativos comuns das nações latino-americanas:

Países em formação, de economia subdesenvolvida, como se começou a dizer, em maior ou menor grau de incipiência, a despeito do volume de sua produção natural e dos tesouros de arcaica cultura que vários entre eles guardam nesse estupendo reservatório aberto ao assombro universal, que são as maravilhosas ruínas de civilizações imensamente ricas para seu tempo de oito séculos atrás. Países estancados e, às vezes, em retrocesso, que sentem saudades dos extintos esplendores de uma perdida grandeza, nunca isenta – claro que não – dos contrastes oferecidos nos tempos da Colônia pela prepotência e cobiça dos *encomenderos*, pelo generoso parasitismo dos fidalgos e senhorios da alta burocracia civil, pela arrogância insolente dos militares, pela *abrumadora* preponderância do clero, com a miséria e opressão em que se mantinham os indígenas ou zambos e os negros escravos. (FRUGONI, 1959, p. 14-15)

Frugoni (1959, p. 28), ao reafirmar que a América Latina era uma terra de profundo entrecruzamento de povos e que possuía uma missão histórica a desempenhar, concluiu que durante a segunda metade da década de 1950 seus novos rumos começaram a ser desenhados, com o fim das ditaduras na Argentina, Colômbia, Venezuela e Cuba, os quais não deveriam ser nem a associação norte-americana entre o homem público e o homem de negócios, nem – ao citar Sartre – a “putrefação soviética da revolução social”.

Em suma, Quijano e Frugoni traduziram as principais inquietações de uma parte significativa dos intelectuais de esquerda uruguaios e latino-americanos, situados no centro das discussões a respeito dos novos caminhos a seguir, entre a crescente influência norte-americana e o alinhamento europeu, as referências revolucionárias soviéticas e chinesas, além dos novos ventos que começaram a soprar com a realização da Conferência de Bandung, em 1955. Suas respostas foram entrecruzadas e insistiram sobre a necessidade dos uruguaios e demais latino-americanos de traçar trajetórias próprias.

Nesse sentido, a Revolução Cubana, como também o governo de Goulart, tornaram-se referências obrigatórias em suas agendas, que habi-

tualmente sublinhavam a necessidade de uma intensa reestruturação do Uruguai, inicialmente veiculada pela reforma agrária, mas também, como vimos nos capítulos anteriores, pela formação de públicos leitores e de homens públicos orientados por ideais republicanos e democráticos.

Os anos 1960 iniciaram-se, no Uruguai, com uma viva discussão acerca de tais questões e a fórmula de Quijano canalizou a opinião de uma expressiva porção dos debatedores: “Voltar ao campo para reconstruir o país. A reforma agrária é o eixo em torno do qual gira a reforma do país, o ponto de partida para recuperá-lo e recuperar-nos”. Para Quijano (1961a, p. 4-5), tal projeto deveria incluir, além das medidas básicas de repartição adequada das terras e contínua assistência técnica, a nacionalização do comércio de fertilizantes e sementes, a “organização dos serviços nacionais de maquinaria agrícola”, o investimento maciço na formação de agrônomos, veterinários e laboratórios de pesquisa, e a reorganização da industrialização dos produtos agropecuários.

Entretanto, Quijano propunha que a realização de qualquer processo de reforma agrária no Uruguai não poderia ser realizado às pressas porque corria o risco de destruir os seus principais mananciais de sustentação até aquele período. Diante disso, Quijano destacou que desarticular rapidamente a produção pecuária do Uruguai, sua “galinha dos ovos de ouro”, levaria o país à bancarrota. Para ele, a solução mais viável seria implementar uma equilibrada, paulatina e profunda transformação da estrutura fundiária do país, mediante a formação de colônias agrícolas, bem como, a exemplo de Cuba, pelo emprego de maior quantidade de trabalhadores rurais nas principais atividades econômicas (QUIJANO, 1986, p. 72).

Além disso, O Uruguai entrava na década de 1960 envolvido em uma significativa crise socioeconômica e identitária, que se acentuava desde o final do “decênio glorioso” (1945-1955), traduzida e alimentada gradativamente pela produção ensaística. No entanto, o clima ainda não estava marcado pelo ceticismo, desencanto e disputas violentas do final dos anos 1960, e Quijano (1961b, p. 4), em seu famoso editorial *Rebeldes con causa*, reafirmava a necessidade da atuação política dos intelectuais e, acima de tudo, dos jovens para orientar as mudanças do cenário uruguaio, “buscar o país”, “reencontrá-lo” e “reconstruí-lo”.

Se antes do triunfo da revolução, em 1959, *Marcha* já iniciava a noticiar os passos dados em direção à “libertação” de Cuba – que os leitores liam simultaneamente à publicação de textos a favor da luta pela independência de Porto Rico –, a partir de 1960, Cuba passou a ganhar maior espaço em suas páginas, acima de tudo entre 1961 e 1964, quando as ações

norte-americanas contra o movimento revolucionário da ilha caribenha tornaram-se mais ofensivas.

No dia 21 de abril de 1961, a primeira página de *Marcha* convocava seus leitores a participar de uma manifestação, encabeçada por Quijano, Luis P. Bonavita, Mario Cassinoni e Luis Gil Salguero, contra a intervenção norte-americana em Cuba (VVAA, 1961, p. 1) No número seguinte, Quijano publicou o editorial *La Revolución de la creciente esperanza* e, em destaque nas páginas centrais do semanário, foi publicado um texto de Sartre (1961, p. 12-14) a favor da soberania cubana, contra a tentativa de invasão norte-americana à *Playa Girón*.

No final daquele ano, após o famoso discurso pronunciado por Fidel Castro, pelo qual anunciou a sua adesão ao marxismo-leninismo, Quijano publicou em *Marcha* uma extensa crítica ao líder cubano, classificando-a de infecunda e até mesmo anacrônica, fundamentalmente porque, com tal medida, segundo o redator do semanário uruguaio, Fidel Castro submetia Cuba ao jogo dos imperialismos e perdia a oportunidade de responder às demandas mais inerentes da América Latina. Para Quijano, o líder cubano contribuía, dessa forma, para a exacerbação tanto das políticas intervencionistas sustentadas pelos Estados Unidos, quanto do clima de perseguição aos movimentos transformadores no interior dos países latino-americanos. Contudo, Quijano (1961c, p. 5-6) corroborou seu apoio à revolução:

No vasto devir histórico, por cima dos homens, tão vácuos em algumas ocasiões, sempre tão vaidosos, estão os povos, está a terra, está o misterioso fio condutor que leva das entranhas da angústia, sempre mais longe, sempre mais longe [sic], em direção à terra prometida, nunca alcançada. Navegar é preciso, viver não é preciso, como dizia a altiva divisa. No contexto geral da história de nosso continente, a Revolução Cubana, com seus erros, com suas torpezas, com suas crueldades, é uma etapa fundamental. Mortos os homens, caladas as paixões, dela sobreviverá o autêntico. Por isso, atualmente, sem tirar nem colocar ponto ou vírgula a tudo o que dissemos, reiteramos nosso apoio à grande empresa libertadora que se colocou em marcha. Também repetimos, e pela centésima vez, que o cerne de nossa fé é o antiimperialismo.

Esse editorial, publicado no dia 08 de dezembro, teve ampla repercussão e Quijano asseverou que em uma semana havia recebido uma quantidade significativa de cartas, nem todas de protesto contra suas opiniões. Além disso, ainda segundo Quijano (1961d, p. 5), o diário *El Popular*, edi-

tado pelo Partido Comunista do Uruguai, teceu várias críticas ao seu texto, dedicando-lhe dois editoriais, aos quais Quijano buscou responder, reafirmando boa parte de suas reflexões anteriores.

Em diálogo aberto e convergente com Quijano, Frugoni enviou-lhe uma carta, que foi publicada nas páginas centrais de *Marcha*. Apesar de estimar o papel central desempenhado por Fidel Castro, Frugoni criticou a aliança de Cuba com a União Soviética, as medidas adotadas pelo Partido Único de Cuba e, acima de tudo, os “totalitarismos de esquerda” que, a seu ver, espreitavam e asfixiavam as demais correntes marxistas:

Ficamos satisfeitos e agradecidos ao coincidir com ele [Quijano] em considerações que havíamos formulado durante os começos do ardoroso debate em torno das drásticas medidas de repressão, bem como das manobras e táticas de política internacional adotadas pelo governo revolucionário.

Era respeitável sua forçada decisão de consolidar-se no poder, ainda que fosse ao preço de aceitar as conseqüências de uma aliança com a União Soviética, para cumprir o destino de uma revolução de amplas e profundas projeções de justiça social, salvando dos embates reacionários os seus primeiros frutos.

[...]

À ação funesta do imperialismo de *Wall Street* e do Pentágono, que sob as pregas da bandeira de guerra da ‘livre empresa’ mantém e estendem a influência diretriz da garra plutocrática, essa crescente vinculação com a máxima potência totalitária, proclamada a gritos no detonante discurso, agrega em certos instantes um fator que pode ser na América mais de truculência e revolta que de revolução de emancipação, fundamentalmente, quando, assim, não se aproxima o momento de robustecer os direitos políticos do cidadão em amplas formas de democracia representativa. (FRUGONI, 1961, p. 15)

Frugoni (1961, p. 16) enfatizava suas reservas em relação “às cartilhas do aprendiz de guerrilheiro” e às possibilidades de êxito da “improvisação” de revoluções nos demais países latino-americanos, “sem *Sierra Maestra*” e que viviam em contextos distintos, como o Uruguai:

Internar-nos na revolta armada seria retroceder. Como foi difícil para nosso povo superar a era das reivindicações armadas! Não cometamos a loucura de trazê-las de volta, ainda que seja por outros caminhos e com outras bandeiras.

Que o Uruguai se mantenha distante das subversões e ditaduras de que não estão curados outros povos da Hispano-América!

Aqueles marxistas que não adulteramos a Marx, sabemos que não é científico improvisar ‘ditaduras do proletariado’, sem que exista a consciência de classe trabalhadora, que em países onde as vias da democracia política permanecem abertas, não as necessitam. Além disso, sem consciência proletária, essa ditadura seria o ensopado de lebre sem lebre.

No número seguinte, Quijano (1961e, p. 5-6) voltou a reafirmar suas posições, endossou o conteúdo do texto de Frugoni anteriormente publicado, sublinhou que Cuba, ao alinhar-se à União Soviética, desperdiçava a oportunidade de fomentar “autênticas possibilidades criadoras” e argumentou que o caminho para os países latino-americanos era a “revolução socialista” e a formação bem planejada de um mercado comum em toda a região.

Tal debate ganhou especial realce no Uruguai devido à realização de três Conferências Interamericanas em Punta del Este, em janeiro e julho de 1961, e a terceira em janeiro de 1962. Che Guevara participou das Conferências de janeiro e julho, representando Cuba, e não deixou de assinalar que tanto o Uruguai quanto o Chile ainda poderiam ser transformados por vias legais, o que, como destacou Eduardo Rey Tristán (2006), não desestimulou a formação de grupos de esquerda revolucionários no Uruguai, que tiveram, por outro lado, que inovar suas ações, devido à inviabilidade da realização da guerrilha rural no país. Além disso, Guevara criticou o acordo que criou a Aliança Para o Progresso, concretada pela primeira Conferência.

Durante a Conferência de janeiro de 1962, por sua vez, a principal discussão girou em torno da proposta de exclusão de Cuba da OEA, com profundas divergências entre os países participantes, mas que terminou com a decisão por sua expulsão, não obstante a oposição de alguns países, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, México e o próprio Uruguai.

Os redatores de *Marcha* reiteraram seu apoio a Cuba, censurando o enquadramento do debate em torno da bipolarização entre a democracia e o comunismo ou a “solidariedade ou aliança com o bloco soviético”, e reafirmaram que os países latino-americanos não deveriam jogar o jogo dos Estados Unidos e da União Soviética (VV.AA, 1962, p. 5).

Além disso, *Marcha* abriu outros canais de debate acerca da política internacional nas Américas, ao convidar seus leitores para participar de uma mesa-redonda, em suas instalações, sobre “não intervenção e autodeterminação”, e ao articular-se à propaganda radiofônica a favor de Cuba, por meio do programa *Radioperiódico con Cuba*, organizado pelo Comitê Nacional Coordenador do Apoio à Revolução Cubana.

A mesa-redonda, composta por Miguel Ángel Asturias, Francisco Espínola, José Pedro Cardoso, Carlos Real de Azúa, Julio Castro e Quijano, somava-se à realização de um concurso internacional para a eleição do melhor romance, “de tema latino-americano”, e melhor ensaio, cujo tópico era O Subdesenvolvimento na América Latina. Os juízes participantes de cada concurso foram: Ángel Rama, Ernesto Sábato e Augusto Roa Bastos, para a escolha do melhor romance, e Carlos Quijano, José Luis Romero e Eduardo Albertal, para o melhor ensaio.

Articulado ao debate sobre Cuba, o Brasil de Goulart foi visto pelos redatores de *Marcha* como o palco da edificação dos destinos latino-americanos ou, pelo menos, de seus países vizinhos:

O Brasil não é Cuba para a América Latina inteira. Não é Cuba para nós uruguaios. Tudo o que ocorreu e ocorrerá terá fatalmente, ainda que por algum tempo se dissimule, uma extraordinária repercussão em nosso continente.

[...]

A guerra civil no Brasil pode representar a guerra civil em toda a América, uma *Sierra Maestra* continental. Nessa guerra entraremos todos, em primeiro lugar os Estados Unidos, que não pode se resignar em perder a retaguarda. (QUIJANO, 1961f, p. 5-6)

Para Quijano, os acontecimentos do Brasil deveriam ser acompanhados de perto pelos uruguaios e outros países sul-americanos e, a seu ver, eram mais decisivos do que Cuba. Além disso, ao traçar um paralelo histórico entre a Revolução Farroupilha e o governo do gaúcho Goulart, Quijano temia que uma possível guerra civil no Brasil representasse uma guerra entre as Américas ou entre os setores reformistas e revolucionários latino-americanos contra aqueles grupos que possuíam o apoio dos EUA.

Em 1964, a queda de Goulart e uma nova reunião de representantes diplomáticos convocada pela Venezuela para decretar um ultimato para o rompimento de relações dos países latino-americanos com Cuba, permitiram que Quijano e Frugoni percebessem que os horizontes uruguaios e latino-americanos se agravariam paulatinamente, e que o momento era de reafirmação das responsabilidades individuais e coletivas (QUIJANO, 1964a, p. 5).

Desde março de 1964, *Marcha* dedicava um espaço de destaque para o Brasil e Julio Castro (1964a, p. 9) publicou o artigo *El pueblo impone la revolución. Las reformas de base de Jango Goulart*, no qual expressava uma das imagens divulgadas sobre o Brasil e que foi construída, em certa medida, pela própria intelectualidade e historiografia brasileiras:

Sem dúvida, o Brasil tem representado na América Latina a maior expressão de equilíbrio e flexibilidade política. Passou da Colônia à Independência – por obra da sagacidade de seus diplomatas – sem violência e sem sangue. Mais tarde, transformou-se de Império em República, outra vez sem lutas armadas. Seus governos republicanos oscilaram de um a outro setor oligárquico – baianos, paulistas, mineiros – sem que, por isso, a paz interna fosse alterada, para além de convulsões de tipo local.

Não obstante, por baixo dessa capacidade para a composição e o acordo político, mantém-se uma permanente tensão popular. Esta explodiu durante a Revolução dos Farrapos (1835) e, quase um século depois, na guerra de 23 [sic], que terminou com a odisséia da Coluna Prestes, na Revolução de 30, que levou Vargas ao poder, e, por último, durante o abortado levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

Todos os exemplares de abril enfocaram o Brasil, ao publicar artigos de opinião e algumas charges. No dia 17 de abril de 1964, *Marcha* editou uma segunda seção de 16 páginas dedicada ao Brasil, encabeçada pela entrevista que Julio Castro fez a Goulart. O ex-presidente estava exilado em Solymar, um balneário localizado nas cercanias da capital uruguaia e endossou as opiniões emitidas pelo semanário:

Que lhes direi que não saibam? Li os últimos números de *Marcha* e posso lhe assegurar que estão tão informados como eu. O artigo em que se comentou meu discurso no parlamento expõe a situação com total nitidez. Lido agora, ilumina os acontecimentos posteriores. Da mesma maneira que os últimos, que denunciavam o jogo de forças que neste momento prevalecem em meu país. [...]

Leio o seu semanário. Admira-me a informação que traz. Nas coisas do Brasil, repito-lhe que demonstram saber tanto como eu. Rogo-lhe – diz-me – que explicitie essa minha admiração ao Dr. Quijano. Já pedi ao amigo Mintegui que, quando se tranqüilize o clima que nos rodeia, me leve a visitá-lo. Eu quero ir à sua casa, para apresentar meus cumprimentos. Admira-me, acima de tudo, a continuidade com que vocês têm mantido essa linha de defesa da nacionalidade e da luta antiimperialista. Essa linha é a nossa. A causa de vocês é a nossa causa. (CASTRO, 1964b, p. 1)

Eduardo Galeano, autor de *As veias abertas da América Latina* e redator de *Marcha*, durante os anos 1960, viajou ao Brasil em maio de 1964 e entrevistou, entre outros, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Antes, porém, Francisco Julião (1964) enviou a Galeano um manifesto contra o governo militar, que foi publicado em *Marcha*.

Mateus Fávoro Reis. O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina...

Em relação às ações contra o governo revolucionário cubano, particularmente a decisão dos representantes dos países americanos reunidos em Washington, em julho de 1964, de efetivar o completo rompimento de relações diplomáticas com Cuba, Quijano e Frugoni novamente coincidiram em reprovar aquela reunião (QUIJANO, 1964b, p. 5-6).

Naquele mesmo número, Frugoni (1954, p. 8) publicou dois textos em que condenava qualquer rompimento de relações com Cuba e afirmava que a causa do país caribenho era a causa da América Latina, ainda que coubessem algumas discrepâncias a respeito da fórmula do partido único ou do alinhamento de Fidel Castro ao marxismo-leninismo:

Como socialista que aspira a uma fraternidade internacional, que, abarcando a todas as nações, abraça solidariamente a todos os homens, no transcurso de minha vida pública, sempre tive o cuidado de não contribuir, com minhas críticas ao ianquismo, a criar barreiras de ódio que pudessem injustamente incluir o povo dos Estados Unidos, generoso, fecundo e laborioso, como todos os povos do Globo. Sei que os governos são mais transitórios que os povos e não deixo de lado, tampouco hoje em dia, aquela preocupação. Os fatos assumem agora uma rusticidade que obrigam a empregar juízos proporcionados.[...]

No entanto, creio que se o Uruguai rompesse relações diplomáticas ou interrompesse seu intercâmbio comercial com Cuba, trairia seus interesses e seus desejos, bem como contrariaria a fraternidade e convivência pacífica, que é, para os países frágeis, garantia de sobrevivência.

A quarentena organizada contra Cuba é o regresso ao primitivismo nas relações internacionais. Todo o direito internacional teve sempre como objeto abrir larga via à discussão, em organismos apropriados, também por aqueles países separados pelas mais abismais diferenças. Agora se aplica a lei da selva, da violência, finalmente, da anti-história.

A instigante análise de Frugoni buscava reconhecer distintas correntes de opinião política nos Estados Unidos, se bem que de forma um pouco homogênea e antagonista entre o “povo” norte-americano e o seu governo, que, a seu ver, respondia em última instância aos interesses dos altos círculos financeiros do país.

Simultaneamente ao debate nas páginas de *Marcha*, houve diversas manifestações nas ruas de Montevideú contra a ruptura com Cuba e uma multidão criticou a ação do governo uruguaio e acompanhou o representante diplomático cubano ao aeroporto internacional de Carrasco. O Uruguai confirmava as decisões de outros países latino-americanos, como a Argentina (1962), o Brasil (1964) e a Venezuela (1964).

Cabe lembrar que Che Guevara, desde Argel, endereçou a Quijano a famosa carta pela qual defendia a formação do “homem novo”, revolucionário e solidário, e que foi publicada em *Marcha*, em março de 1965 (GUEVARA, 1965, p. 14-15, 20).

Os anos 1960 caminhavam a passos ligeiros e a crise uruguaia tornava-se cada vez mais dramática. Em 1965, a seca durante o verão e o outono prejudicou tanto as atividades agropecuárias quanto a produção de energia elétrica. Pouco tempo depois, o sistema bancário do país sofreu um rápido *crack* e o Uruguai se endividou para controlar a situação. Além disso, os conflitos entre o patronato e os sindicatos se acentuavam, e o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* iniciou suas ações em público. Assim, 1965 passou a ser conhecido como “o ano terrível”, pela pena de Quijano (1965).

Os horizontes democráticos do Uruguai tornavam-se ainda mais incertos, uma vez que, depois do Brasil, era a vez da ascensão de outro governo militar na Argentina, em junho de 1966. Diante desse panorama, os redatores de *Marcha* destacaram que viviam em tempos de compromisso e de sacrifícios. A aproximação entre os governos militares do Brasil e da Argentina engendrava uma evidente apreensão no Uruguai e Quijano defendeu, pelo artigo *Morir oriental*, publicado em *Marcha*, em 1968, que o único caminho viável para as esquerdas latino-americanas era a revolução socialista:

[...] Somente por meio de uma integração revolucionária da América Latina ou da América do Sul, ou ainda, por que não, sub-regional, podemos salvar a pátria e fazer com que participe do destino comum, que nos transcenda sem nos privar de nosso conjunto de valores.

É o jogo dialético da vida e da história. Quisemos ser um país e nos esforçamos para sê-lo. Ao longo de muitos anos de silenciosos e ainda sangrentos sacrifícios defendemos nossas frágeis fronteiras. Agora é hora de integrações sem deixar de ser pátria, a pátria pequena [*patria chica*]. Devemos fazer com todos os outros, aqueles que dentro do continente afrontam o mesmo desafio, outra pátria, a pátria grande, fruto e extensão da revolução emancipadora, frustrada pela cobiça alheia, a balcanização, e a traição e miopia das oligarquias nativas.

Pelo nacionalismo, pensamos alguma vez, vai-se ao antiimperialismo, pelo antiimperialismo ao socialismo. Pela pátria pequena, pensamos visceralmente agora, à pátria grande. Pelo socialismo à integração. Sem a revolução libertadora e antiimperialista não existirá pátria, nem pequena, nem grande.

Mateus Fávoro Reis. O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina...

E lindo será então morrer oriental na pátria pequena. Talvez na pátria grande.

Como deve ser lindo viver e morrer hoje em dia no Vietnã, entre os resplendores da epopéia fabulosa, pela pátria pequena – parte de um mundo fraternal e sacrificado – em face do invasor, para que os seus descendentes sejam livres.

Com essas palavras, Quijano traduzia as principais inquietações dos intelectuais nucleados em *Marcha*, que gradativamente granjeava mais e mais leitores no Uruguai, na Argentina, demais países latino-americanos e europeus, à medida que a situação no Uruguai se tornava cada vez mais delicada. Além disso, Quijano (1989, p. 146) referia-se à Guerra do Vietnã e conclamava os latino-americanos a lutar pelas soberanias nacionais.

Vale destacar que, como assinalou Francisco Panizza (1990), Jorge Pacheco Areco assumiu a presidência do Uruguai no final de 1967 e planejou implementar um “ajuste autoritário” no país, adotando medidas cerceadoras, como, por exemplo, a dissolução do Partido Socialista, o fechamento de diários da oposição, perseguição política, intervenção nos entes autônomos e no ensino secundário, proibição da imprensa em nomear os líderes tupamaros etc.

Durante o avanço do denominado pachequismo, Frugoni faleceu, considerado cidadão proscrito, em 1969, e Quijano continuou em sua permanente luta pela transformação do Uruguai, contudo, com o empastelamento de *Marcha*, nos finais de 1974, um ano após o golpe civil-militar de 1973, teve que partir para o exílio em solo mexicano, onde faleceu em 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Lucía Sala de Touron (2007), é preciso historicizar os conceitos de democracia e revolução, que receberam variados usos na América Latina, desde os movimentos de emancipação do século XIX. A historiadora uruguaia assinalou ainda que, principalmente durante os anos sessenta, as coletividades latino-americanas ampliaram os canais que conectaram esses conceitos, que nem sempre foram vistos como antagônicos.

Particularmente no Uruguai, importantes expoentes das esquerdas reformistas, como Frugoni e Quijano, valorizaram mais o caminho da democracia do que os de outros países da América Latina e com anterioridade.

de, pois, em outros países, essa valorização só se evidenciou nas últimas décadas, à exceção do Chile. Ambos preconizaram a ampliação do alcance da democracia participativa e criticaram freqüentemente a sua versão representativa.

O caminho das reformas foi, em Frugoni e Quijano, aquele que mereceu mais atenção como uma alternativa para o Uruguai, em sintonia com a sua própria trajetória histórica, e não o caminho revolucionário bolchevique/soviético e ou castrista/cubano, ainda que no final dos anos sessenta ele tenha conclamado a união dos povos latino-americanos a favor da revolução socialista.

Sem querer endossar a maneira, de certa forma, tendenciosa de afirmar o “excepcionalismo” uruguaio em relação aos demais países latino-americanos, não há dúvidas de que a trajetória político-social uruguaia, particularmente a partir das primeiras décadas do século XX, deu ao país e aos seus intelectuais elementos para pensar e fazer propostas para o futuro do Uruguai que levassem em conta, antes de outros países (ou, pelo menos com mais ênfase), as questões relacionadas à integração e à democracia.

Assim, ocorreu uma percepção mais clara, no Uruguai, da necessidade de integração sul-americana ou latino-americana em um momento em que, nos países vizinhos, isso ainda não era uma preocupação tão evidente. Esse maior destaque dos intelectuais uruguaio sobre a integração deve-se, evidentemente, às condições geográfica, geopolítica, econômica, demográfica etc., em certa medida, particulares no Uruguai.

THE URUGUAYAN INTELLECTUAL DEBATE ABOUT LATIN AMERICA AND USA POST SECOND WORLD WAR BETWEEN DEMOCRACIES AND REVOLUTIONS

ABSTRACT: This paper aims to analyze the Uruguayan intellectuals debate about Latin America and the United States relationships post Second World War. Particularly, intends to focus on two Uruguayan left reformist exponents: Emilio Frugoni and Carlos Quijano. They crossed their gaze, criticized North American actions in Latin America, dedicated special attention to revolutionary movements in Guatemala, Bolivia and Cuba, and also in Brazil's João Goulart government. They shared the same points of view about advocating democratic channels for transformation in Latin American countries, mainly in Uruguay.

KEY-WORDS: Emilio Frugoni, Carlos Quijano, Latin America, Democracy, Revolutions.

Mateus Fávoro Reis. O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina...

FONTES

CASTRO, Julio. Un continente que no encuentra su destino. *Marcha*, Montevideo, n. 747, p. 10-11, 31 dez. 1954.

CASTRO, Julio. El pueblo impone la revolución. *Marcha*, Montevideo, n. 1198, p. 9, 20 mar. 1964a.

CASTRO, Julio. Sólo las reformas de base darán paz al Brasil. Reportaje exclusivo a Joao Goulart. *Marcha*, Montevideo, n. 1201, 2ª. seção, p. 1, 17 de abril de 1964b.

FRUGONI, Emilio. *Meditación americanista*. Montevideo: Comité Uruguayo del Congreso por la Libertad de la Cultura, 1959.

FRUGONI, Emilio. Emilio Frugoni y la Revolución Cubana. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1088, p. 15-16, 15 dez. 1961.

FRUGONI, Emilio. Mi opinión sobre las sanciones. *Marcha*, Montevideo, n. 1216, p. 8, 31 jul. 1964.

GUEVARA, Che. El socialismo y el hombre en Cuba. *Marcha*, Montevideo, n. 1246, p. 14-15, 20, 12 mar. 1965.

JULIÃO, Francisco. Manifiesto de Francisco Julião. Un documento exclusivo de *Marcha*. *Marcha*, Montevideo, n. 1202, p. 16-18, 24 abr. 1964.

QUIJANO, Carlos. El Gibraltar del Río de la Plata. *Marcha*, Montevideo, n. 169, p. 5, 13, 22, jan. 1943.

QUIJANO, Carlos. Conclusiones sobre nuestra política internacional. Estados Unidos del Sur y Estados Unidos del Norte. Las directivas fundamentales de una política internacional. *Marcha*, Montevideo, n. 240, p. 4-5, 07 jul. 1944.

QUIJANO, Carlos. La industrialización del Uruguay. *Marcha*, Montevideo, n. 277, p. 4-5, 13 abr. 1945.

QUIJANO, Carlos. Más allá del drama de Bogotá. *Marcha*, Montevideo, n. 424, p. 1, abr. 1948a.

QUIJANO, Carlos. Panamericanismo e Interamericanismo. *Marcha*, Montevideo, n. 429, p. 1, maio 1948b.

QUIJANO, Carlos. A manera de testamento. *Marcha*, Montevideo, n. 529, p. 1, 5, 02 jun. 1950.

QUIJANO, Carlos. El boxeador y el niño de pecho. *Marcha*, Montevideo, n. 723, p. 1, 4, 11 jun. 1954.

QUIJANO, Carlos. Fin de una década. *Marcha*, Montevideo, n. 992, p. 4, 31 dez. 1959.

QUIJANO, Carlos. Volver al campo para reconstruir al país (Resumen y conclusiones). *Marcha*, Montevideo, n. 1056, p. 4-5, 05 maio 1961a.

QUIJANO, Carlos. ¿Qué hacer? Rebeldes con causa. *Marcha*, Montevideo, n. 1042, p. 4, jan. 1961b.

QUIJANO, Carlos. Las declaraciones de Fidel Castro. *Marcha*, Montevideo, n. 1087, p. 5-6, 08 dez. 1961c.

- QUIJANO, Carlos. Digamos nuestro mensaje. *Marcha*, Montevideo, n. 1088, p. 5, 15 dez. 1961d.
- QUIJANO, Carlos. Siempre por el mismo camino. *Marcha*, Montevideo, n. 1089, p. 5-6, dezembro de 1961e.
- QUIJANO, Carlos. La otra revolución de los farrapos. *Marcha*, Montevideo, n. 1073, p. 5-6, 01 set. 1961f.
- QUIJANO, Carlos. La victoria que nos espera. *Marcha*, Montevideo, n. 1073, p. 5, 10 abr. 1964a.
- QUIJANO, Carlos. La pandilla de la OEA. *Marcha*, Montevideo, n. 1216, p. 5-6, 31 jul. 1964b.
- QUIJANO, Carlos. El año terrible. *Marcha*, Montevideo, n. 1287, p. 5, 8, 31 dez. 1965.
- QUIJANO, Carlos. El diagnóstico y la terapéutica. Estructura de la ganadería y desarrollo económico. In: QUIJANO, Carlos. *La reforma agraria en el Uruguay* [1963]. 2. ed. Montevideo: Biblioteca de Marcha, Nuevo Mundo, 1986. p. 117-124.
- QUIJANO, Carlos. Morir oriental. In: *América Latina, una nación de Repúblicas*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989. p. 144-146.
- VVAA. Contra la penetración imperialista. *Marcha*, Montevideo, n. 391, p. 8-9, 08 ago. 1947.
- VVAA. Contra la intervención en Cuba. *Marcha*, Montevideo, n. 1054, p. 1, 21 abr. 1961.
- VVAA. En el umbral de la Conferencia. *Marcha*, Montevideo, n. 1091, p. 5, 12 jan. 1962.
- SARTRE, Jean-Paul. Si Cuba es aplastada, no existe soberanía. *Marcha*, Montevideo, n. 1055, p. 12-14, 28 abr. 1961.

REFERÊNCIAS

- ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario: Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Banda Oriental, 1984.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- BRANCATO, Sandra M. L. Relações Internacionais no Prata. In: REICHEL, Heloísa Jochims & GUTFREIND, Ieda (orgs.). *América Platina e historiografia*. São Leopoldo: Programa de Pós-graduação em História – Unisinos, 1996, p. 204-214.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Tomo I. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.
- FERES Júnior, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2005.

MACHIN, Horacio; MORANA, Mabel (eds.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana/Universidad de Pittsburgh, 2003.

ODDONE, Juan. *Vecinos en discordia. Argentina, Uruguay y la política hemisférica de los Estados Unidos*. Selección de documentos, 1945-1955. 2. ed. corregida. Montevideo: Ediciones El Galeón – Universidad de la República, 2004.

PANIZZA, Francisco E. *Uruguay: batllismo y después*. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001.

RAMA, Ángel. La generación crítica. In: BENVENUTO, Luis Carlos (Org.). *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971. p. 325-402.

REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha: crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992.

ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966.

SALA DE TOURON, Lucía. Democracia y revolución: sus usos en América Latina, particularmente en los años sesenta. In: ANSALDI, Waldo (dir.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 201-235.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un imperio: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

TURCATI, Dante. *El equilibrio difícil: política exterior del batllismo*. Montevideo: Arca Editorial, 1981.